

COMPREENDER TOCQUEVILLE ATRAVÉS DA REVOLUÇÃO FRANCESA: A HISTORIOGRAFIA PELA REPÚBLICA.

UNDERSTANDING TOCQUEVILLE THROUGH THE *FRENCH REVOLUTION*: THE HISTOTIOGRAPHY BY REPUBLIC.

Sérgio Cruz de Castro LIMA*

RESUMO: Alexis de Tocqueville, ao escrever *O Antigo Regime e a Revolução*, buscou entender, em longa duração, as causas da Revolução Francesa de 1789. Coerente com seu pensamento de que a escrita da História pode iluminar as ações no presente, verificou que pouco a pouco o ideário em prol da igualdade foi dominando o pensamento dos franceses ao mesmo tempo em que a liberdade política foi sendo suprimida. O objetivo deste artigo é analisar esta concepção da história de Tocqueville e como ela permeia todo o seu trabalho a fim de alertar as formações sociais contra os perigos que podem ameaçar a República e a Democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Tocqueville; Revolução Francesa; Historiografia; Liberdade; Igualdade.

ABSTRACT: Alexis de Tocqueville, writing *The Old Regime and the Revolution*, tried to understand, in long term, the causes of the French Revolution of 1789. Consistent with his thought that the writing of history can illuminate the actions of the present, found that little by little the ideals for equality have been dominating the thinking of French at the same time that political freedom was being suppressed. The aim of this paper is to analyze this conception of Tocqueville's history and how it permeates all his work to alert social formations against the dangers that may threaten the Republic and Democracy.

KEYWORDS: Tocqueville; French Revolution; Historiography; Freedom; Equality.

Introdução

Nosso objetivo é verificar, ao longo deste artigo, como a análise de Tocqueville acerca da Revolução Francesa, exposta em *O Antigo Regime e a Revolução*, pode servir de referência para a compreensão da obra tocquevilleana como um todo.

Nesse sentido, a principal preocupação do pensamento político de Tocqueville para o seu tempo e para as gerações futuras é mobilizar a liberdade, entendida esta como participação política, a fim de conciliá-la com a irreversível igualdade da modernidade. Caso haja a perda dessa liberdade, as formações sociais poderiam ser dominadas pela tirania.

* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Severino Sombra, Vassouras-RJ.
E-mail: sergiocruz0609@gmail.com.

Tal perda foi o que aconteceu na França, em longa duração, e que culminou na Revolução Francesa de 1789. Nas linhas que se seguem verificaremos esse paradigma para compreendermos a preocupação de Tocqueville quanto a um futuro que, sem a liberdade supracitada, poderia resultar em despotismo.

A escrita da História em O Antigo Regime e a Revolução - linhas gerais

O Antigo Regime e a Revolução, obra escrita em 1856, traz à baila a análise de Tocqueville sobre os fatos que culminaram na ruína do “Antigo Regime” e no início da Revolução Francesa.

O texto não se prende aos acontecimentos da véspera do processo revolucionário e aos eventos em si, constituindo-se, por essência, numa escrita em que são relevantes os acontecimentos políticos de longa duração. Há uma análise da história política francesa e de seus aspectos gerais durante todo o século XVIII: mas não somente, já que Tocqueville evoca aspectos da política feudal e suas permanências e rupturas no período pré-revolucionário.

É necessário enfatizar que a pesquisa empreendida por Tocqueville preocupou-se em verificar algumas fontes *in loco*, possuindo, desse modo, um valor histórico extremamente relevante.

Entretanto, sua análise não se restringe ao valor das fontes primárias, pois não se pode deixar de lado o que era na historiografia tocquevilleana uma das principais responsabilidades do historiador: julgar os fatos com o fito de fornecer idéias para que a história cumpra a sua função social com as sociedades futuras¹ (TOCQUEVILLE, 1997).

O texto está dividido em três “livros”. O livro primeiro, de cinco capítulos, discorre sobre a destruição de tudo que lembrasse o “Antigo Regime”². Trata-se de aniquilar o simbolismo de uma ordem anterior. Nesse sentido, Tocqueville argumenta que:

como o objetivo da Revolução Francesa não era tão-somente mudar o governo mas também abolir a antiga forma de sociedade, teve de atacar-se, ao mesmo tempo, a todos os poderes estabelecidos, arruinar todas as influências reconhecidas, apagar as tradições, renovar os costumes e os hábitos e esvaziar, de certa maneira, o espírito humano

de todas as idéias sobre as quais se assentavam até então o respeito e a obediência (TOCQUEVILLE, 1997, p. 56).

Afirma Tocqueville que as tradições e os costumes foram apagados da França, ao contrário da Inglaterra, onde mesmo com uma revolução tais características foram preservadas.

Ainda no livro primeiro, ele ressalta o aumento do poder da autoridade pública como caráter do processo revolucionário e como corolário da revolução.

No Livro Segundo, Tocqueville destaca como se deu a centralização administrativa durante o Antigo Regime e o papel dos atores sociais diante de tal fato, isto é, mostra como a nobreza, o clero, a burguesia, o camponês, entre outros, colaboraram ou não para essa centralização. Analisa como a liberdade política foi se deteriorando e quem tirou proveito da situação.

Trata em longa duração da perda da liberdade, da centralização e de como surgiu a revolução. Para o nascimento desta, mostra qual era a situação real dos atores sociais às vésperas do evento e conclui que a condição social dos camponeses nesse período era melhor que em épocas anteriores, pois eles já tinham se tornado proprietários de terras³. Acaba chegando à seguinte conclusão: a revolução nasceu de um aumento das expectativas por melhorias que já vinham ocorrendo e não de uma pauperização social.

Em suma, o livro segundo faz uma reflexão sobre a dimensão do político, sobre o poder, sobre a igualdade, sobre a liberdade e das causas essenciais que estão na origem da Revolução.

O livro terceiro analisa as idéias que deflagraram e que incutiram no espírito dos franceses o sentimento revolucionário, em linhas gerais, criticando os filósofos, os “homens de letras” e os economistas fisiocratas, considerados por Tocqueville os agitadores e vanguardistas da pedagogia revolucionária do povo. Destaca o fato de os franceses desejarem a igualdade a qualquer custo, prejudicando e se esquecendo das liberdades políticas.⁴

As causas da revolução: a centralização administrativa, a perda da liberdade e o papel dos atores sociais.

No que concerne às causas da revolução, o pensamento de Tocqueville é inovador, considerando que ele não se satisfaz em analisar o que teria acontecido somente nos anos anteriores a 1789, visto que a sua análise não é a de curta duração.⁵

Tendo como mote de sua interpretação o poder, não concebe a revolução como algo abrupto, mas a vê como um processo que já vinha ocorrendo no Antigo Regime. Para ele, foi no próprio âmbito das relações de poder anteriormente ao processo revolucionário que a revolução se engendrou.

Mesmo se a revolução não vingasse, Tocqueville acreditava que as mudanças já estavam acontecendo e que os resultados de tais mudanças eram nefastos para a sociedade francesa. Nas suas palavras,

a revolução não foi de maneira alguma um acontecimento fortuito. Realmente pegou o mundo de improviso embora nada mais fosse que o complemento do trabalho mais longo e do término repentino e violento de uma obra à qual dez gerações tinham trabalhado. Mesmo que não tivesse surgido a Revolução Francesa, o velho edifício social teria ruído por toda parte, aqui mais cedo, acolá mais tarde, mas teria caído, peça por peça, em vez de desmoronar-se de uma vez. A Revolução resolveu repentinamente, por um esforço convulsivo e doloroso, sem transição, sem precauções, sem deferências, o que ter-se-ia realizado sozinho, pouco a pouco, com o tempo. Esta foi, portanto, a obra da Revolução (TOCQUEVILLE, 1997, p. 68).

A centralização administrativa e o golpe na liberdade

Observado que a liberdade só é exercida se os cidadãos são capazes de decidir por eles mesmos sobre os assuntos referentes à coletividade, ao público, e que, nesse sentido, Tocqueville se insere na tradição republicana⁶, passaremos a avaliar como a centralização administrativa e a perda da liberdade fizeram com que o espírito revolucionário aflorasse nos franceses.

Uma primeira questão é pertinente: como evitar a centralização administrativa? Para Tocqueville, é natural que os ocupantes do poder centralizem cada vez mais a administração. Dessa forma, os cidadãos devem lutar para que essa centralização não aconteça, participando da vida política.⁷ Caso contrário, a tendência é que o poder se centralize cada vez mais, o que gera o despotismo⁸.

Para o caso francês, ele assinala que a ênfase na igualdade de condições ocasionou o desprezo pela liberdade política, isso no próprio seio do Antigo Regime, fazendo com que a burocracia e as atribuições do Estado aumentassem.

O incremento da burocracia foi alvo de severas críticas. Para Tocqueville, o intendente tornou-se o novo governante da França. Sobre este, diz:

é um homem de nascimento comum, sempre estrangeiro à província, jovem e tendo ainda de garantir seu futuro. Não exerce seus poderes através do direito de eleição, de nascimento ou de compra do cargo; é escolhido pelo governo entre os membros inferiores do Conselho de Estado e sempre revogável. Embora separado deste corpo, é o seu representante e é por isso que, na linguagem administrativa da época, é chamado comissário encarregado. Acumulam-se em suas mãos quase todos os poderes que o Conselho possui e exerce todos em primeira instância. É, como o Conselho, ao mesmo tempo, administrador e juiz. O intendente comunica-se com todos os ministros, é o agente único, na província, de todas as vontades do governo (TOCQUEVILLE, 1997, p. 79).

Tocqueville, traça, dessa forma, como as relações de poder foram se alterando durante o século XVIII na França, resultando num *continuum* crescente das atribuições estatais e, conseqüentemente, nas perdas da liberdade, já que o Estado se coloca numa posição de tutor de toda a sociedade, decidindo os rumos da França.

Nessa estruturação, ele critica o enorme poder dos intendentess, mas não se furta de afirmar como os franceses tiveram culpa, ao deixar com que isso acontecesse. Veremos, agora, como a liberdade foi suprimida.

O fim das liberdades municipais e a crescente tutela administrativa: a caminho da servidão

A pesquisa historiográfica levada a cabo por Tocqueville elucidada que, ao contrário do que muitos pensam, havia até o final do século XVII, na França, um ativo viver civil, uma preocupação constante com o destino das comunidades.

Na França, a liberdade municipal sobreviveu ao feudalismo. Quando os senhores já não administravam mais o campo, as cidades ainda conservavam o direito de se governar. Até o fim do século dezessete ainda encontramos cidades formando espécies de pequenas repúblicas democráticas, cujos magistrados são livremente eleitos pelo povo todo e responsáveis perante ele, onde a vida municipal é pública e ativa e

onde a cidade mostra-se ciosa de seus direitos e de sua independência. [...] As eleições foram abolidas pela primeira vez em 1692. Então as funções municipais foram colocadas em ofícios, quer dizer que o rei vendeu em cada cidade, a alguns habitantes, o direito de governar à perpetuidade todos os outros (TOCQUEVILLE, 1997, p. 83).

A partir daí, as liberdades locais vão se deteriorando:

no século dezoito, o governo municipal das cidades tinha portanto degenerado por toda parte numa pequena oligarquia. Algumas famílias conduziam todos os negócios com vistas particulares, longe do olho do público e sem serem responsáveis perante ele. É uma doença que atinge a administração na França inteira. Todos os intendentos a assinalam, mas o único remédio que imaginam é sujeitar mais e mais os poderes locais ao governo central (TOCQUEVILLE, 1997, p. 85).

Tocqueville discorre sobre essa concentração de poder nas mãos de poucos e critica o fato do interesse público ser confundido com o privado. Dessa forma, a perda das liberdades locais foi uma iniciativa governamental, que vendeu os governos cidadãos a algumas pessoas. De sorte que, mesmo com a venalidade do cargo público, também houve uma apatia política ante a medida, considerando que não houve reação daqueles que participavam da vida pública até o momento da venda.

À medida que o governo foi centralizando mais o poder político, os cidadãos se retiraram comodamente do âmbito público para cuidar de seus assuntos particulares.

O que de fato passa a incomodar Tocqueville é a própria perda da civilidade, do encontro com o outro em local público para debater os assuntos que dizem respeito ao próximo, ao bem comum⁹.

A retirada dos indivíduos do espaço público significou muito mais que deixar tais assuntos para algumas pessoas; retirou de cada cidadão aquilo pelo qual Tocqueville sempre lutou: a própria condição de humano que só se realiza no encontro com o outro, na preocupação com a coletividade e na liberdade, condição esta inerente ao próprio homem: em vez disso, ao se prender no âmbito do lar, o homem se condenava à condição de servo. E mais: havia o perigo da excessiva centralização administrativa, o que conformaria um governo despótico.¹⁰

Tocqueville, então, vislumbra nas paróquias rurais da França um republicanismo em contradição com a centralização.

Até a Revolução, a paróquia rural da França conserva no seu governo algo deste aspecto democrático que nele vimos na Idade Média. Trata-se de eleger funcionários municipais ou de discutir algum negócio comum? Lá badala o sino da aldeia chamando os camponeses, que se reúnem em frente ao portal da igreja onde tanto os pobres como os ricos têm o direito de apresentar-se. Uma vez a assembléia reunida, não há nem uma verdadeira deliberação ao ar livre anota as diversas opiniões e declarações numa ata. nem uma votação, mas cada um pode opinar e um tabelião requisitado para este fim e trabalhando [...] Se compararmos estas vãs aparências de liberdade com a impotência que lhes é inerente já vemos, em escala pequena, como o governo mais absoluto pode ser combinado com algumas formas da mais extremada democracia de uma maneira que acrescenta à opressão o ridículo de não querer admiti-la (TOCQUEVILLE, 1997, p. 87).

Tocqueville só lamenta a intromissão do Estado nas paróquias:

[...] suas reuniões dependiam da anuência do intendente ou, como diziam então de seu belo prazer; mesmo após uma decisão unânime não podiam impor, nem vender, nem comprar, nem alugar, nem processar sem a licença do rei. Era preciso um decreto do Conselho para coisas tão simples como o conserto do muro do presbitério que desabava ou do teto da Igreja que o vento abalara. Todas as paróquias, fossem elas perto ou longe de Paris, tinham de obedecer a esta regra (TOCQUEVILLE, 1997, p. 87).

Ao confrontar a liberdade paroquial com a opressão do Estado, ao qual a paróquia está submetida, no sentido exposto acima, Tocqueville ressalta ainda mais o questionamento sobre o poder estatal.

A paróquia, para todos os efeitos, seria o local de vida política ativa e, independentemente da força do Estado, lá os cidadãos junto ao clero exercitam as suas liberdades deliberando sobre questões públicas.

Sobre a centralização administrativa ele é enfático:

se me perguntarem como esta porção do antigo regime assim pôde ser transferida inteiriça na nova sociedade e nela se incorporar, responderei que a centralização não pereceu com a Revolução porque era o próprio começo e o próprio sinal desta Revolução, e acrescentarei que quando um povo destruiu em seu seio a aristocracia corre em direção à centralização como atrás de si mesmo. Então é mais fácil jogá-lo neste declive que freá-lo. Em seu seio todos os poderes tendem naturalmente à unidade e é preciso muita arte para separá-los (TOCQUEVILLE, 1997, p. 94).

O que levava Tocqueville a crer que a aristocracia era importante para evitar a centralização? É o que veremos a partir de agora.

Centralização, as “instituições intermediárias” e a cultura política

É notória no pensar de Tocqueville a importância que atribui ao que denominamos de “instituições intermediárias”, ou seja, as instituições mediadoras da relação entre o indivíduo e o Estado.¹¹

No caso tocquevilleano, destaque para as associações e as comunas, as quais foram reiteradamente citadas por ele para compreender a vida política nos EUA¹², enaltecendo-as e mostrando que a democracia se fortalece quanto mais esses mediadores institucionais sejam fortes.¹³

Na tradição republicana, é trivial a importância delas para a vida política. Segundo Putnam,

assim como a coruja de Minerva, símbolo da sabedoria, só voava no escuro, os filósofos políticos só começaram a articular as virtudes essenciais da *vita civile* [vida cívica] no seu ocaso. O destino das comunas levou os teóricos políticos renascentistas, sobretudo Maquiavel, a refletirem sobre as precondições do governo republicano estável, concentrando-se especialmente no caráter dos cidadãos, sua *virtú civile* (PUTNAM, 2005, p.143).

Concentrando-se no caráter dos cidadãos, a tradição de pensamento republicana atribui à cultura política um papel bastante significativo para a vida política de uma formação social, constatando que depende da virtude do indivíduo o destino de uma sociedade. Assim, para os republicanos, todas as pessoas contribuem para o sucesso ou não de uma formação.¹⁴

Para o século XIX, Putnam destaca que,

foi uma época de incomum efervescência na vida associativa em grande parte da Europa ocidental, sobretudo entre as chamadas classes “populares” – isto é, o grosso da população. As formas mais antigas

de sociabilidade organizada, como as confrarias religiosas e as guildas medievais, tinham gradualmente perdido seu vigor nos séculos precedentes, tornando-se meros vestígios da época em que verdadeiramente mobilizavam os interesses e as paixões populares. Os ventos da mudança, provocados pela Revolução Francesa, vieram varrer boa parte desse entulho social. Inspirados na rigorosa doutrina do *laissez faire*, os governos liberais da França, da Itália e de outros países aboliram guildas, dissolveram entidades religiosas e desencorajaram a formação de quaisquer “combinações” sociais ou econômicas semelhantes. Para impor essa nova ordem, as autoridades francesas e italianas mantinham sob rígida vigilância (e não raro tentavam extinguir) até mesmo as mais inócuas manifestações de sociabilidade organizada, como os clubes de operários que se reuniam para beber (PUTNAM, 2005, p. 148).

Não é demais lembrar que Tocqueville, em *As Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*, declarou-se contra a formação de clubes operários naquele momento histórico, já que acreditava que a própria liberdade política seria comprometida caso as idéias dos operários fossem colocadas em prática, dado o caráter classista do pensamento político-social do operariado.

Mesmo com toda a tentativa de reprimir os movimentos populares, o século XIX foi pródigo em “movimentos sociais” na França, como o próprio Putnam nos indica:

esse ‘grande surto de sociabilidade popular’ (nas palavras do eminente historiador social francês Maurice Aguilhon) manifestou-se na França na primeira metade do século XIX, sob a forma de lojas e *cercles* maçônicos, clubes populares (*chambrée*) e orfeões, congregações religiosas e clubes de camponeses, e mais especialmente sociedades de mútua assistência, criadas para prover às despesas com doenças, acidentes, velhice e funerais (PUTNAM, 2005, p. 148).

No que tange especificamente ao pensamento político de Tocqueville, em *O Antigo Regime e a Revolução* destaca a participação da nobreza, do clero e a presença das paróquias como alentadores de uma praxe participativa que vinha se perdendo ao longo do século XVIII.

Não se esquiva de criticar a própria nobreza do século XVIII, uma vez que em sua opinião ela estava se tornando cada vez mais parecida com a burguesia em seus modos e costumes. E o que era mais relevante: deixara de se preocupar com o bem comum, não formando mais um corpo intermediário que colocasse um freio na centralização política.

A igualdade antes da Revolução

Mesmo antes do estabelecimento da igualdade legal, na França pré-revolucionária Tocqueville verificara que os homens tornavam-se cada vez mais iguais, não importando a estratificação por lei da sociedade francesa.

Observara que cada vez mais os costumes dos nobres assemelhavam-se aos da burguesia. Dessa forma, a igualdade a qual ele estava se referindo era a de sentimento, ou seja, todos tinham hábitos parecidos e sentiam-se iguais:

tem-se a impressão de que todos os homens que vivem na França, em particular os que pertencem às classes média e da alta sociedade – os únicos em destaque – são todos exatamente semelhantes uns com os outros (TOCQUEVILLE, 1997, p. 105).

Não só nos costumes imperava a igualdade, mas ressalta Tocqueville que os interesses da burguesia e da nobreza não eram divergentes, que convergiam em inúmeros aspectos. Segundo ele,

os cadernos apresentados pelas diferentes ordens em 1789 bem mostram isto e neles vemos que seus relatores diferem profundamente pelos seus interesses mas que são iguais em todo o resto. Se estudarmos como as coisas aconteciam nos primeiros Estados Gerais, teremos um espetáculo absolutamente oposto: o burguês e o nobre têm mais interesses comuns e mais negócios comuns; demonstram muito menos animosidade recíproca, o que não impede que ainda pertençam a duas raças distintas (TOCQUEVILLE, 1997, p. 105).

Nesse sentido, a historiografia da Revolução Francesa de Tocqueville apresenta um rompimento com a visão marxista da Revolução que contrapõe os interesses da nobreza e os da burguesia¹⁵. Na opinião tocquevilleana, o corte revolucionário não representou, de modo surpreendente, o triunfo da burguesia. Esse triunfo constituiu-se pouco a pouco no século XVIII francês, pois enquanto a burguesia vinha se enriquecendo, a nobreza estava na decadência:

havia alguns séculos em que os nobres franceses não paravam de empobrecer-se. [...] As leis que protegiam a propriedade dos nobres

ainda eram as mesmas e nada parecia mudado em sua condição econômica, que não impedia que iam empobrecendo-se por toda parte na proporção exata em que perdiam o seu poder (TOCQUEVILLE, 1997, p. 106).

Destarte, o evento revolucionário representou muito mais a conquista política de uma classe burguesa há muito em ascensão, não só em termos econômicos, pois para Tocqueville os burgueses possuíam a mesma educação dos nobres. Conclui:

em fins do século dezoito sem dúvida ainda era possível perceber uma diferença entre o comportamento da burguesia e da nobreza, pois nada iguala-se com mais vagar que esta camada de hábitos que chamam boas maneiras; porém, no fundo todos os homens que se situavam acima do povinho eram parecidos: tinham as mesmas idéias, os mesmos hábitos, os mesmos gostos, escolhiam os mesmos divertimentos, liam os mesmos livros, falavam a mesma linguagem. Só se diferenciavam ainda pelos direitos (TOCQUEVILLE, 1997, p. 107).

Escusado dizer que para Tocqueville a revolução foi o golpe final de uma nobreza agonizante numa sociedade onde tudo lhe parecia padronizado, desde as formas de pensar até as formas de se vestir¹⁶.

Entretanto, apesar dessa igualdade, o isolamento social e o individualismo tornaram-se cada vez maior:

nossos pais não possuíam a palavra individualismo, que inventamos para nosso uso porque no tempo deles não havia nenhum indivíduo que não pertencesse a um grupo e que pudesse considerar-se absolutamente só. Porém, cada um dos milhares de grupinhos compondo a sociedade francesa só pensava em si próprio. Era, se assim posso exprimir-me, uma espécie de individualismo coletivo que preparava as almas para o verdadeiro individualismo que conhecemos. O que há de mais estranho é que todos os homens que permaneciam tão afastados uns dos outros tinham se tornado tão semelhantes que era difícil distingui-los uns dos outros. Mais do que isto, quem sondasse seus espíritos descobriria que eles mesmos achavam as pequenas barreiras que dividiam gente tão parecida, tão contrária ao interesse público quanto ao bom senso e que, em teoria, já adoravam a unidade. Cada um só dava importância a sua condição particular porque outros destacavam-se pela condição. Mas estavam todos dispostos a confundir-se na mesma massa, contanto que ninguém nela tivesse alguma vantagem própria ou nela ultrapassasse o nível comum (TOCQUEVILLE, 1997, p. 116).

Enfatiza que a inveja é um sentimento que cresce na proporção em que a igualdade de condições se estabelece, sendo este sentimento próprio da modernidade e de sociedades isonômicas, pois Tocqueville frisa que as pessoas vão tentar se distinguir das outras nas condições materiais, isto é, todos almejam o máximo de bens materiais possíveis, já que estes sinalizam uma distinção e os que possuem menos bens vão invejar os mais ricos.¹⁷

O individualismo e o materialismo das sociedades modernas vão ser veementemente criticados por ele, apesar de constatar a irreversibilidade dos interesses individuais.

Tocqueville, desse modo, discursa contrariamente à liberdade individual preocupada com a propriedade privada e despreocupada com a coletividade.¹⁸

As idéias na Revolução: os economistas fisiocratas, os filósofos e os “homens de letras”

Considerados por Tocqueville os idealizadores e principais agitadores da Revolução, os filósofos iluministas foram seu objeto de estudo no primeiro capítulo do Livro Terceiro de *O Antigo Regime e a Revolução*.

O que incomodava Tocqueville era a falta de experiência dos iluministas nos assuntos da política e, esse fato, em sua opinião, fazia-os emitir opiniões fora da realidade. Idealizavam o mundo político e utopicamente escreviam e incitavam as pessoas para a busca de uma sociedade mais justa.

Para Tocqueville, a falta de conhecimento sobre o funcionamento do dia a dia da política francesa comprometia a análise do que ele chamava de “homens de letras”.

Faltava-lhes, portanto, este conhecimento superficial que a visão de uma sociedade livre e o eco de tudo que nela se comenta dão até àqueles que menos se preocupam com o governo. Tornaram-se mais ousados em suas novidades, mais apaixonados por idéias gerais e sistemas, mais contendores da sabedoria antiga e mais confiantes ainda em sua razão individual que os autores de livros sobre a política (TOCQUEVILLE, 1997, p. 144).

Alertava para o fato de que os literatos criticavam todas as instituições do Antigo Regime, não exatamente por não acreditarem em cada uma delas, mas sim por fazerem parte desta. Precisavam destruir o que era característico da época.

O fato é que Tocqueville responsabiliza, também, o povo francês, argumentando que o discurso iluminista só encontrou eco devido à despreocupação dos franceses com a coisa pública. A retórica literária, tendo como mote o combate às desigualdades, só poderia vingar numa época onde a liberdade fora eclipsada.

Assim como os iluministas, os economistas liberais também foram criticados por Tocqueville. Em que sentido ele dirigia sua crítica?

Na ênfase que estes economistas davam ao papel do Estado como motor para o desenvolvimento de uma sociedade e ao desprezo que tinham pelas liberdades políticas. Na análise tocquevilleana, os fisiocratas acreditavam que o Estado deveria ser atuante na sociedade, incentivando a educação pública, já que esta era vista como essencial para o desenvolvimento, bem como para impedir as ações negativas do Estado, pois o povo instruído não permitiria os abusos estatais.

Alegava, ainda, que a Revolução tinha cumprido as idéias defendidas pelos fisiocratas, principalmente o desprezo pelas liberdades políticas, pela religiosidade e por tudo que fora estabelecido nas tradições do povo francês. Não acreditavam no poder da cidadania, preferindo a ação governamental ao poder dos indivíduos.

Já conceberam a idéia de todas as reformas sociais e administrativas que a Revolução fez antes que a idéia das instituições livres tenha começado a aparecer em seu espírito. É bem verdade que são muito favoráveis à livre troca dos mantimentos, ao *laissez faire* ou ao *laissez passer* no comércio e na indústria, mas quanto às liberdades políticas propriamente ditas, nem pensam nelas ou, quando se apresentam por acaso à sua imaginação, começam por rechaçá-las. Quase todos começam mostrando-se muito inimigos das assembleias deliberativas, dos poderes locais e secundários e, em geral, de todos estes contrapesos em todos os povos livres para equilibrar o poder central (TOCQUEVILLE, 1997, p. 156).

A afirmação, se aprofundarmos um pouco mais na análise, critica o próprio liberalismo econômico, o “laissez faire ou laissez passer no comércio e na indústria” sem compromisso com a ação na esfera pública.

Complementa afirmando que a sociedade de seu tempo se assemelha àquela pregada pelos fisiocratas, num tom melancólico:

É este desejo de introduzir a liberdade política no meio de instituições e idéias que lhe eram alheias ou opostas, mas às quais já nos habituamos ou cujo gosto já concebêramos de antemão, que, há sessenta anos, produziu tantas tentativas vãs de governos livres seguidos por revoluções tão funestas até que, finalmente, cansados por tantos esforços, desgostados por um trabalho tão duro e tão estéril, abandonando sua segunda meta para voltar à primeira, que muitos franceses reduziram-se a pensar que viver em iguais debaixo de um senhor ainda tinha afinal de contas alguma doçura. E assim acontece que hoje nos assemelhamos muito mais com os economistas de 1750 que com nossos antepassados de 1789 (TOCQUEVILLE, 1997, p. 160).

Portanto, concebe os seus contemporâneos como “satisfeitos” por serem tutelados por um “senhor”, pois o que lhes importava era a igualdade. Essa igualdade de condições fez os franceses perderem a liberdade política.

O que mobilizou os franceses revolucionários foi a utopia de poderem instituir um governo e uma sociedade justos, onde os bens materiais fossem bem distribuídos e todos seriam iguais. Contudo, para Tocqueville, faltou dar um sentido prático de como seria este novo governo, se na prática haveria a possibilidade almejada.

A revolução não assegura as liberdades e nem a igualdade de fato, pois, para Tocqueville, uma vez começada não há como prever o seu destino.

Além disso, assegura o equívoco dos franceses quanto à liberdade:

quando o amor dos franceses pela liberdade política despertou, já tinham concebido, em matéria de governo, um certo número de noções que não somente combinavam bem com a existência de instituições livres, mais que isso, quase lhes eram opostas (TOCQUEVILLE, 1997, p. 160).

Ou seja, Tocqueville observa que a liberdade era vista pelos franceses como sendo a possibilidade de ir e vir, a liberdade dos modernos de Benjamin Constant.¹⁹

Aí, indiretamente, faz sua crítica a essa liberdade, e deixa clara a sua concepção sobre o que é ser livre: é participar publicamente dos assuntos referentes ao bem comum.²⁰ É decidir sobre os próprios assuntos, não os delegando unicamente à administração pública. É compreender que a liberdade se faz no conviver, no viver com o outro, e não de forma individualista.

O poder e a Revolução Francesa

Através de *O Antigo Regime e a Revolução* é possível extrair uma concepção de poder no pensamento político de Tocqueville. Que poder seria este? Onde está localizado? Tentaremos responder essas perguntas nas linhas que se seguem.

No pensamento político tocquevilleano há uma atribuição significativa de poder aos cidadãos, aduzido que coloca uma responsabilidade na sociedade pelos seus rumos. Portanto, o poder se encontra nas mãos dos indivíduos que, podem se reservar exclusivamente ao âmbito da vida privada - ao passar os rumos da política a terceiros, vivendo como servos e atribuindo a decisão sobre sua formação social a outrem - ou, se for um cidadão virtuoso, participará ativamente da vida política, exercendo, dessa forma, o poder, e se preocupando com o bem comum. É o ser de liberdade.

Ao atribuir o poder aos indivíduos, Tocqueville deixa claro que o futuro de uma determinada formação social depende da cultura política dos seus indivíduos. Está nas mãos desses o “caráter” de uma sociedade.

A religião em O Antigo Regime e a Revolução

Como já foi dito, as paróquias locais se configuraram como local de vida política na França do Antigo Regime. Essa constatação de Tocqueville corrobora o seu apreço pela vida religiosa cristã (TOCQUEVILLE, 1998).

Em *A Democracia na América* constatara que o puritanismo dos colonos americanos havia beneficiado aquela formação social, pois nele havia uma preocupação com a coletividade e, sendo assim, tal religiosidade fora essencial para a liberdade política dos EUA (TOCQUEVILLE, 1998).

Lamentou, no caso francês, a perda da religiosidade que ocorrera no período anterior à Revolução, ao evocar que o discurso anti-religioso dos iluministas teve respaldo na sociedade francesa.

Uma das primeiras diligências da Revolução Francesa foi atacar a Igreja e entre as paixões que nasceram desta revolução a primeira a se acender e a última a se extinguir foi a paixão religiosa. Até mesmo quando o entusiasmo da liberdade já se tinha desvanecido, depois que

os franceses limitaram-se a comprar a tranquilidade ao preço da servidão, continuaram a revoltar-se contra a autoridade religiosa. Napoleão, que tinha conseguido vencer o gênio liberal da Revolução Francesa, fez esforços inúteis para dominar seu gênio anticristão e, até em nossos dias, vimos homens que imaginavam resgatar sua subserviência para com os agentes menores do poder político pela sua insolência para com Deus e que, enquanto abandonavam tudo que havia de mais livre, de mais nobre e de mais soberbo nas doutrinas da Revolução, ainda se vangloriavam de sua fidelidade ao espírito da Revolução por permanecerem indevotos. No entanto, hoje é fácil entender que a guerra às religiões nada mais era que um incidente desta grande revolução, um traço relevante mas fugitivo de sua fisionomia, um produto passageiro das idéias, das paixões, dos fatos particulares que a precederam e prepararam, e não seu gênio próprio (TOCQUEVILLE, 1997, p. 55).

Tocqueville observara que o discurso antirreligioso foi característico do período revolucionário, pois, atento aos fatos, vira em tal discurso uma tentativa de destruir o que os revolucionários interpretavam como o sustentáculo do Antigo Regime. A religião sustentara uma ordem injusta e deveria sucumbir numa nova ordem. Para Tocqueville, a antirreligiosidade foi propagada pelos filósofos iluministas:

[...] Os filósofos do século dezoito agrediram com uma espécie de furor a Igreja; atacaram seu clero, sua hierarquia, suas instituições, seus dogmas e para melhor derruba-los quiseram arrancar os próprios fundamentos do cristianismo. Porém, tendo esta porção da filosofia do século dezoito sido gerada pelos fatos que esta própria Revolução destruíra, tinha de desaparecer pouco a pouco com eles e ficar como que sepultada no seu triunfo. Só acrescentarei algumas breves palavras para acabar de transmitir meu pensamento porque tenciono reexaminar alhures este grande assunto: foi muito menos como doutrina religiosa que como instituição política que o cristianismo acendeu estes ódios furiosos; não porque os padres pretendiam fixar as coisas do outro mundo, mas porque eram proprietários, senhores, dizimadores, administradores neste mundo; não porque a Igreja não podia tomar um lugar na nova sociedade que se ia fundar, mas porque ocupava então o lugar mais privilegiado e mais forte nesta velha sociedade que era preciso reduzir às cinzas (TOCQUEVILLE, 1997, p. 56).

O ataque à religião cristã, portanto, foi fruto não de uma antirreligiosidade intrínseca, desinteressada, mas sim pelo fato de a Igreja e o clero ocuparem um lugar de destaque no Antigo Regime. No argumento tocquevilleano, depois de acabar a ordem

estamental e ser fixada em lei a igualdade, já não havia mais motivo para o discurso furioso contra o cristianismo.

Como o objetivo da Revolução Francesa não era tão-somente mudar o governo mas também abolir a antiga forma de sociedade, teve de atacar-se, ao mesmo tempo, a todos os poderes estabelecidos, arruinar todas as influências reconhecidas, apagar as tradições, renovar os costumes e os hábitos e esvaziar, de certa maneira, o espírito humano de todas as idéias sobre as quais se assentavam até então o respeito e a obediência. De lá, seu caráter tão singularmente anárquico (TOCQUEVILLE, 1997, p. 56).

Como vimos, Tocqueville destacou a importância das paróquias locais para o exercício da liberdade na França. Na visão dele, a religião era importante para preservar essa liberdade, não só na formação social francesa, pois, nos Estados Unidos, já havia destacado a relevância do puritanismo para a liberdade política.

Algumas contribuições de O Antigo Regime e a Revolução para a historiografia

De que forma *O Antigo Regime e a Revolução* pode contribuir para a escrita da história da Revolução Francesa na atualidade? Como ela pode ser considerada uma obra atual?

Para responder essas perguntas nos basearemos em dois autores que analisam a escrita da história de Tocqueville, Claude Lefort²¹ e François Furet²².

Ao inserir a Revolução Francesa num evento de longa duração, Tocqueville a analisa como uma revolução processual, algo que já vinha acontecendo no decorrer do século XVIII. A reflexão tocquevilleana permite, também, que pensemos o lugar do político em tal revolução de sorte a não ficarmos presos em causas somente econômicas e sociais. Outro fato importante é a análise que faz da relação entre sociedade civil e Estado, centralização e descentralização, liberdade e perda da liberdade.

Evoca o papel da burocracia no final do Antigo Regime e o poder que adquire ao longo do tempo. A ideologia da revolução também é lembrada por ele, embora não explicita como as idéias foram assimiladas pelo povo.

Escreve Furet sobre *O Antigo Regime e a Revolução*:

se Tocqueville é um caso único na historiografia da Revolução, é porque seu livro obriga a decompor o objeto “Revolução Francesa”, fazendo a seu respeito um esforço de conceitualização. Ao proceder através de conceitos explícitos, ele quebra o relato cronológico; trata de um problema e não de um período. Com ele, a Revolução deixa de falar por si mesma, num sentido ou em outro, como se seu sentido já fosse previamente dado, revelado por sua própria trajetória. Pelo contrário, ela se torna objeto de uma interpretação sistemática, que isola alguns de seus elementos: especialmente o processo de centralização administrativa sob o Antigo Regime e sua influência no que poderia ser chamado a “democratização” da sociedade. Nessa medida, o período de tempo estudado por Tocqueville, e que é muito vasto (pois o reinado de Luís XIV, por exemplo, é constantemente chamado a dar seu testemunho), explica-se em função do problema que o interessa e da interpretação que propõe: a Revolução descende em linha direta do Antigo Regime (FURET, 1989, p. 32).

Considerações Finais

Uma teoria da sociedade pode ser extraída da leitura de *O Antigo Regime e a Revolução*. Nesta obra observam-se as características que permeiam, *grosso modo*, todo o ideário tocquevilleano: 1) elogio à liberdade como forma de participação política e como forma de construção de uma sociedade em que as instâncias de poder se encontram descentralizadas e, portanto, próximas aos cidadãos; 2) preocupação com os rumos de uma sociedade em que a exclusiva preocupação com a igualdade em detrimento da liberdade poderia culminar em tirania; 3) Um forma de se escrever a História em que coloca-se em cena o passado como forma de iluminar as ações políticas no presente e, não obstante, mobilizar as futuras gerações.

Esses aspectos supracitados são encontrados em suas principais obras: *A Democracia na América*, assim como em *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. Nessas, resumidamente, vislumbra-se uma contraposição no ideário tocquevilleano: enquanto na França a preocupação é somente com a igualdade; nos Estados Unidos, considerando que a igualdade e os interesses privados se constituem em fenômenos irreversíveis na modernidade, o interesse pessoal é bem compreendido.

Isso significa que se as formações sociais da modernidade quiserem proteger a República e a Democracia, precisarão compreender que o prazer individualista em ganhos privados terá que ser contrabalançado pela liberdade como participação na esfera pública.

A liberdade tocquevilleana, adaptada às condições das sociedades oriundas das Revoluções Francesa e Americana, concilia-se com a igualdade inerente à sua época, resultando em interesse bem compreendido.

Numa sociedade de massas preocupada sobretudo com ganhos privados, podemos refletir com o ideário tocquevilleano sobre os perigos que podem culminar em tragédias já presenciadas pelas experiências totalitárias do século XX. Pensemos a liberdade!

Referências:

- ARENDRT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ática e Ed. UnB, 1990.
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERLIN, Isaiah. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: Ed. UnB, 1981.
- BIGNOTTO, Newton (Org.). *Matrizes do Republicanismo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 7ª ed. Brasília: UnB, 1995.
- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. 2ª ed. Brasília: Ed Unb, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. *Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil*. DADOS, 32, 3, p. 265-280.
- CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das Idéias Políticas*. RJ: Zahar, 1985.
- CHEVALIER, Jean Jacques. *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. 5ª ed. RJ: Agir, 1986.
- CONSTANT, Benjamin. “Da Liberdade dos Antigos Comparada à dos Modernos”. In: *Filosofia Política*. Porto Alegre: Ed. LPM, v. 1.
- DOYLE, William. *O Antigo Regime*. São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- FURET, François. *Pensar a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.
- HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- JASMIN, Marcelo Gantus. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. Rio de Janeiro: ACESS, 1997.

- LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- PETTIT, Philip. *Republicanism: a theory of freedom and government*. Oxford University Press, 1982.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- QUIRINO, Célia Galvão. *Dos infortúnios da igualdade ao gozo da liberdade*. São Paulo: Humanitas, 2001.
- RHEINARDT, Mark. *The Art of Being Free: Taking Liberties with Tocqueville, Marx, and Arendt*. New York: Cornell University Press, 1997.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América: leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. *A Democracia na América: sentimentos e opiniões*. São Paulo Martins Fontes, 2000.
- _____. *O Antigo Regime e a Revolução*. 4ª ed. Brasília: Editora UNB, 1997.
- _____. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- VIANNA, Luiz Werneck. O Problema do Americanismo em Tocqueville. In: *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- VOVELLE, Michel. *Breve história da Revolução Francesa*. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- WHITE, H. *Meta-história*. São Paulo: Edusp, 1992

Notas

¹ Para um trabalho que analisa a historiografia tocquevilleana, ver: WHITE, 1992. Da mesma forma, ver: JASMIN, 1997.

² O próprio termo Antigo Regime foi criado pelos revolucionários como forma de associá-lo ao antigo, ao velho e ultrapassado em contradição à nova ordem firmada pela Revolução. Ver: DOYLE, William. *O Antigo Regime*. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

³ A análise de Tocqueville destoa da interpretação de alguns expoentes da atual historiografia que, ao contrário dele, observaram o empobrecimento do campesinato francês às vésperas da Revolução. Ver: HOBSBAWM, 1977. Ver também: VOVELLE, 1986.

⁴ O prefácio de François Furet em *A Democracia na América* detalha bem o assunto (TOCQUEVILLE, 1998). Ver também: QUIRINO, 2001.

⁵ Tocqueville elucida como que as liberdades políticas foram se esvaindo na França. Segundo ele, no século XVII ainda existia uma vida política que foi se perdendo ao longo do século XVIII.

⁶ Para entender o conceito e as características do republicanismo, ver: BIGNOTTO (Org.), 2013. Da mesma forma, ver: PETTIT, 1982.

⁷ A participação na esfera pública é uma das características do republicanismo. Ver: BIGNOTTO (Org.), 2013. Para uma outra obra que versa sobre o assunto, ver: VIANNA, 1997.

⁸ Para uma obra que detalha o conceito tocquevilleano de despotismo democrático, ver: JASMIN, 1997. Ver também: QUIRINO, 2001.

⁹ Tal incômodo perpassa toda a obra tocquevilleana, uma vez que é uma das principais preocupações de Tocqueville a fim de salvaguardar as formações sociais da tirania.

¹⁰ Uma análise pormenorizada sobre o despotismo democrático pode ser encontrada em: RHEINARDT, 1997. Ver também: JASMIN, 1997.

¹¹ Sobre a importância dessas instituições intermediárias, ver: WHITE, 1992. Na mesma obra encontra-se uma discussão interessante sobre a historiografia aristocrática e a democrática e como Tocqueville busca um equilíbrio entre as duas formas de se escrever a História.

¹² Sobre as associações e as comunas nos Estados Unidos, ver: TOCQUEVILLE, 1998.

¹³ Ver: CHEVALLIER, 1986.

¹⁴ Dentre outras obras, ver: SKINNER, 1999.

¹⁵ Para uma análise marxista da Revolução, ver: HOBSBAWM, 1977.

¹⁶ Cf. JASMIN, 1997. Ver também: QUIRINO, 2001.

¹⁷ Para uma análise detalhada do assunto, ver: JASMIN, 1997.

¹⁸ Sendo assim, a liberdade defendida por Tocqueville não é a dos modernos, mas sim a dos antigos (liberdade como participação política). Ver: BERLIN, 1981.

¹⁹ Sobre a liberdade dos modernos, ver: Cf. CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne, 1985. Uma obra mais específica sobre o assunto e que traça a distinção entre a liberdade dos antigos e a dos modernos pode ser encontrada em: BERLIN, 1981.

²⁰ Essa conceituação pode ser encontrada na tradição do republicanismo. Ver: BIGNOTTO (Org.), 2013.

²¹ Ver: LEFORT, 1991. Lefort foi orientado em sua tese de doutorado por um dos primeiros pensadores a publicar uma análise do pensamento de Tocqueville na França: Raymond Aron. Ver: ARON, 1999.

²² Ver: FURET, 1989. Furet, ao longo de sua trajetória como historiador, sempre estabeleceu diálogo com Lefort.

Artigo recebido em 04 de julho de 2016 e aceito em 11 de setembro de 2016.